

Soraia Faria

Para: Margarida lucas dos santos
Assunto: RE: Apreciação Pública sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII

De: Margarida lucas dos santos [REDACTED]
Enviada: 23 de abril de 2025 19:06
Para: Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>
Assunto: Apreciação Pública sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII

Exmo. Senhor Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável,

No âmbito da Apreciação Pública sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 31/XIII (PS), venho manifestar a minha oposição à alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 28/2011/A, de 11 de novembro, que estrutura o Parque Marinho dos Açores, pois permitir a pesca nesta área contraria os princípios e objetivos de uma Área Marinha Totalmente Protegida, tal como foi anteriormente consensualizada no processo participativo comunitário e tal como foi aprovada pelos órgãos legislativos competentes.

Usar Áreas Marinhas Protegidas como arma política desvaloriza a severidade da crise que a atividade humana causou no oceano. Para 190 países concordarem numa decisão é porque os factos são claros. Já foi há 2 anos que cento e noventa países concordaram em proteger 30% do oceano até 2030, através da Convenção de Kunming-Montreal. Na Estratégia da Biodiversidade da União Europeia, para além da meta dos 30%, é muito clara a orientação: 10% de proteção estrita, isto é, total. Resguardar algumas áreas do oceano, sem exceções para quaisquer atividades extrativas é uma necessidade. O argumento de que o atum é uma espécie migratória que tem sido usado é um argumento falacioso que pode inclusivamente ser usado no sentido contrário.

Os predadores de topo, como os atuns, são fundamentais para o equilíbrio dos ecossistemas marinhos. Proteger estas espécies é essencial para preservar e proteger o oceano.

Os atuns são:

- Predadores de topo: Ocupam um lugar crucial na cadeia alimentar: alimentam-se de várias espécies, e são, por sua vez, presas para tubarões e mamíferos marinhos. Este papel é essencial na estabilidade, funcionamento e resiliência dos ecossistemas. A pesca de grandes predadores pode interferir nas interações naturais predador-presa, provocando efeitos de cascata e perda de funções e serviços dos ecossistemas.
- Facilitadores de alimento para outras espécies: Através do seu comportamento predatório, os atuns fazem subir à superfície cardumes de pequenos peixes, como o chicharro, criando as conhecidas “bolas de isco” (representadas na fotografia) – este comportamento beneficia outras espécies como as aves marinhas, mamíferos marinhos e tubarões.
- Veículos Naturais de Fluxos Ecológicos: Como espécies migratórias, os atuns transportam nutrientes entre diferentes partes do oceano, e entre as zonas profundas e a superfície, desempenhando um papel relevante nos ciclos de nutrientes e, potencialmente, para o ciclo do carbono no oceano.

Restaurar a biodiversidade marinha depois de um século de extração intensiva não é uma opção, (infelizmente) é uma necessidade. Os usos sociais e económicos podem e devem ser compatibilizados com a proteção da biodiversidade.

Está estudado que as zonas de proteção total são benéficas para a pesca:

- entre outros benefícios, há um muito simples: o oceano não tem fronteiras, portanto as espécies sobrevivem mais tempo, reproduzem-se e, multiplicando-se, acontece o chamado efeito de "spill-over", populando as zonas circundantes.

Quando avançar é tão importante, retroceder é inaceitável.